

RESUMO - CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**LIMITES ECONÔMICOS DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA E SEUS
REFLEXOS NA PROTEÇÃO DE PESSOAS VULNERÁVEIS**

Bruna Marcelle Bastos Dias Marinho (bruna.marinho@afya.com.br)

Bruna Marcelle Bastos Dias Marinho (brunamarcelle@pq.uenf.br)

Renato Marcelo Resgala Júnior (renatoresgalajr@gmail.com)

O conceito de justiça, sob a perspectiva aristotélica, pressupõe a virtude de dar a cada um o que lhe é devido, buscando a equidade para o equilíbrio social. No ordenamento brasileiro, essa premissa é positivada na Constituição Federal de 1988, que estabelece a assistência jurídica integral e gratuita como direito fundamental para os insuficientes de recursos. Todavia, o cenário contemporâneo é marcado por uma "distância institucional" entre o ideal de justiça e a realidade socioeconômica, onde barreiras financeiras e orçamentárias impõem limites à proteção de grupos vulneráveis que não se enquadram estritamente nos critérios rígidos de hipossuficiência. O presente estudo tem como objetivo analisar os limites econômicos da assistência jurídica gratuita no Brasil e identificar como essas restrições financeiras impactam a efetividade da proteção de pessoas em situação de vulnerabilidade e o acesso universal à justiça. A pesquisa possui natureza qualitativa e abordagem exploratória, fundamentada em análise documental e bibliográfica. O arcabouço teórico compreende a evolução histórica desde a Lei nº 1.060/1950 até a recepção constitucional da Defensoria Pública em 1988. Utilizou-se o método interpretativo para confrontar o princípio da socialidade e da eticidade com os custos do modelo processual brasileiro. Identificou-se que a

concentração de riqueza e o alto custo do sistema judicial tornam o acesso à justiça dependente da disponibilidade financeira, gerando exclusão. Embora instituições como a Defensoria Pública atuem na mitigação dessa disparidade, persistem falhas operacionais e critérios de triagem econômica que ignoram as nuances do caso concreto. Constatou-se que a escassez de recursos estatais e a morosidade institucional criam um ambiente onde o direito à ampla defesa torna-se inefetivo para os vulneráveis, resultando em desamparo jurídico. Conclui-se que as limitações econômicas da assistência gratuita comprometem a plena concretização da justiça social. A democratização do Judiciário depende da superação do modelo burocrático por políticas públicas que priorizem a dignidade da pessoa humana e a eficiência da jurisdição frente às carências sociais, garantindo que a insuficiência de recursos não seja óbice à defesa de direitos fundamentais.

Palavras-chave: assistência jurídica gratuita vulnerabilidade social limites econômicos.